

**A crítica literária e o feminismo negro:
articulações teóricas**

*Literary criticism and black feminism:
theoretical articulations*

Luana Micaelhy da Silva MORAIS¹
Luiza Benício PEREIRA²
Maria Simone Marinho NOGUEIRA³

Resumo

As discussões da crítica literária feminista e do feminismo negro têm contribuído de maneira significativa na história e protagonismo das mulheres nas diferentes esferas sociais, incluindo a literária. Este estudo teve como objetivo discutir tanto o feminismo negro quanto a crítica literária no enfoque das suas características e importância. A metodologia se fundamentou em uma revisão de literatura cuja seleção constituiu-se de autores que desenvolvem reflexões na área do objeto pesquisado, tais como: Bellin (2011), Duarte (2010, 1987), Carneiro (2020), Collins (2019, 2016), hooks (2017), Kilomba (2019), Ribeiro (2018), entre outros. Nessa perspectiva, mostramos a relevância em pensar e compreender o feminismo negro, as identidades, atuações e os espaços ocupados pelas mulheres, sobretudo, as negras.

Palavras-chave: Crítica literária. Feminismo negro. Mulher negra. Literatura.

Abstract

Discussions of feminist literary criticism and black feminism have made a significant contribution to the history and protagonism of women in different social spheres, including the literary sphere. The aim of this study was to discuss both black feminism and literary criticism, focusing on their characteristics and importance. The methodology was based on a literature review whose selection consisted of authors who develop reflections in the area of the research object, such as: Bellin (2011), Duarte (2010, 1987), Carneiro (2020), Collins (2019, 2016), hooks (2017), Kilomba (2019), Ribeiro (2018), among others. From this perspective, we want to show the relevance of thinking about and understanding black feminism, the identities, actions and spaces occupied by women, especially black women.

Keywords: Literary critique. Black feminism. Black women. Literature.

¹ Doutoranda em Literatura e Estudos Interculturais no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: luanam0716@gmail.com

² Mestra em Literatura e Estudos Interculturais pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: luizabenicio14@gmail.com

³ Doutora em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Professora do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba (PPGLI/UEPB).
E-mail: marianogueira@servidor.uepb.edu.br

Introdução

Os feminismos se fundamentam em pilares de valorização das mulheres no contexto social a partir do questionamento das ideias falocêntricas e androcêntricas que têm raízes históricas de subjugação dessas mesmas mulheres em diferentes conjunturas. Busca-se, conforme Mello (2017), dentre outras reivindicações, diminuir a desigualdade entre os gêneros para que não ocorra a sobreposição masculina nas diversas áreas sociais e, conseqüentemente, a sujeição feminina advinda dessa estrutura.

Apesar das aproximações que podem ser feitas entre os muitos feminismos que existem, aqui queremos deixar registrado que nosso texto tem como foco um feminismo em específico. Trata-se do que se denomina de feminismo negro, considerado um movimento com seu próprio desdobramento, que surgiu desde o que fora constituído principalmente por mulheres brancas e de classe alta, mas que se diferencia porque busca a desconstrução do modelo universalizado da mulher, ao considerar as particularidades e as demandas específicas do povo negro.

Ora, a crítica literária feminista, que consiste em uma área de estudos que se debruça sobre as produções literárias tomando como abordagem analítica as proposições do feminismo, também inclui nas suas reflexões o feminismo negro, o que torna possível “privilegiar o olhar e a perspectiva hermenêutica feminina na abordagem de textos canônicos” (Cunha, 2012, p. 01). Desse modo, é construída não apenas uma nova maneira de enxergar a literatura, mas também uma perspectiva que se distancia dos padrões impostos de análise e se abre para a diversidade de produções literárias a partir do conhecimento acerca de um protagonismo feminino.

Com a emergência do feminismo e da crítica literária feminista, muitas obras e autoras são colocadas em evidência, fazendo com que se afirmem em um “espaço autônomo, um espaço de sobrevivência, conquistado palmo a palmo” (Lobo, 1993, p. 172). Com isso, há uma reflexão dos fatores que levam a uma subalternização da mulher enquanto sujeito social e enquanto escritora, na tentativa de desconstruir ideias historicamente fortalecidas e perpetuadas acerca da sua invisibilidade, permitindo que a mulher conquiste espaços historicamente a ela negados.

Nesse sentido, este artigo teve como objetivo principal refletir sobre o feminismo negro e a crítica literária feminista na evidenciação de suas respectivas características, pensando a importância desta abordagem nas literaturas e na construção de uma

representatividade da mulher na sociedade. A fundamentação teórica é constituída por: Bellin (2011), Duarte (2010), Carneiro (2020), Collins (2019, 2016), hooks (2017), Kilomba (2019), Ribeiro (2018), entre outros autores que são referências nas discussões aqui produzidas.

Ao aprofundarmos os estudos teóricos referentes ao Movimento Feminista, Movimento Negro, em síntese, ações afirmativas, encontramos um terreno fértil para dialogar com a produção literária de autoria de mulheres negras. É de suma importância compreender o processo histórico e em quais condições nasceram estes movimentos e como se constituíram a partir de um desejo grupal em romper as barreiras do preconceito e do patriarcalismo⁴ em vista de uma sociedade justa e igualitária.

Estruturamos este texto do seguinte modo: em um primeiro momento, discorreremos sobre a crítica literária feminista, trazendo um painel histórico e formativo; posteriormente, falamos do feminismo e das suas diferentes fases em uma reflexão mais ampla para compreender o seu surgimento e suas classificações. Neste mesmo tópico, afunilamos as discussões, realçando o feminismo negro. Por último, temos as considerações finais com os resultados encontrados.

A crítica literária feminista: contextualizando as nuances

O contexto histórico da literatura foi estruturado a partir da ideia de uma única vertente literária atrelada ao gênero masculino cuja revelação apontava para um campo profícuo de produções de poder e de originalidade (Lemaire, 1994). Todavia, a literatura enquanto espaço fértil que acolhe as diversidades, torna-se lugar de fala também das mulheres que, como afirmado acima, conquistam paulatinamente o direito a se fazerem presentes neste campo até então formado majoritariamente por homens.

No que se refere a essa conjuntura formativa das bases que compuseram a hegemonia do cânone literário, Lúcia Osana Zolin (2010) acentua que a representação se constituiu de um recorte temporal que se coaduna a uma cultura específica, demarcada localmente, valorizando o homem de origem ocidental e favorecido economicamente, excluindo, assim, as elaborações literárias das mulheres.

⁴ Termo que tem origem na estruturação antiga das famílias, na qual a referência principal e de autoridade era o homem. O patriarcalismo é um conceito enfocado frequentemente nos estudos feministas porque coloca em debate o processo de subordinação da mulher no decorrer do tempo (Zolin, 2010).

Nessa perspectiva, esse contexto de inferioridade imposto à figura da mulher é recorrente em diferentes épocas, contextos e sociedades, fortalecendo o processo de subalternização nas diversas esferas sociais e na literatura, o que ocasionou um apagamento de produções que, apesar de possuírem qualidade estética, estilística e temática, ficaram restritas aos subespaços.

No âmbito dos estudos crítico-literários, no ano de 1960, acentua-se com maior vigor a Crítica Literária Feminista com o intuito de questionar a prática acadêmica tradicional, representada em sua maioria pelo gênero masculino, refletindo, assim, sobre a figura da mulher nesse painel literário (Zolin, 2010). Há de se destacar que essa crítica não nasceu como uma perspectiva homogênea, pois nela se encontravam diversas ramificações e proposições na apresentação de um amplo quadro teórico.

Ao empreender pesquisas historiográficas sobre a escrita de autoria feminina, Zolin (2010) verifica que o contexto histórico excludente e patriarcal no qual a mulher culturalmente viveu, lhe negou o acesso ao cânone literário. Apesar de as mulheres escreverem textos de elevada qualidade, estes não eram aceitos e bem vistos pela crítica, posto que o privilégio era direcionado, sobretudo, ao homem.

As diversas abordagens existentes não se direcionavam à formação de uma concretude que se universalizasse e representasse a linha de estudo devido as diferentes demandas representativas e identitárias de cada grupo social, o que dificultou a construção de um consenso teórico e ideológico. Acerca desse contexto, Showalter (1994) escreve:

Um primeiro obstáculo à construção de um quadro teórico para a crítica feminista era a má vontade de muitas mulheres em limitar ou colocar fronteiras a uma iniciativa expressiva e dinâmica. A receptividade da crítica feminista atraía em particular os americanos, que viam os debates estruturalistas, pós-estruturalistas e desconstrutivistas dos anos 70 como áridos e falsamente objetivos, a epítome de um discurso masculino pernicioso do qual muitas feministas desejavam escapar. (Showalter, 1994, p. 24).

Como podemos perceber no excerto acima, ideias e objetivos interpretativos divergentes ocasionaram o que chamaremos de um desencontro de perspectivas, o qual recebeu inúmeras críticas que questionavam as finalidades do movimento, sendo elas, em sua maioria, feitas pelos homens que não concordavam com as múltiplas perspectivas feministas que mesmo nas discrepâncias direcionavam-se à independência das mulheres. Existem muitas críticas a esse movimento, no entanto, percebemos que as mais

contundentes se referem ao radicalismo imposto às mulheres que levantaram a bandeira da causa feminista em uma das muitas ondas que teve o movimento.

O direito de estudar, de votar e ser dona do seu corpo, consistiam em suas maiores reivindicações. Nesse processo, a escrita torna-se um mecanismo de libertação. Por este motivo, a literatura é potente ao acolher a escrita das mulheres, obviamente não foi um processo fácil, mas cabe-nos lembrar sua importância no processo de visibilidade das mulheres no contexto social.

Como destaca Showalter, muitas figuras representativas impulsionaram visões a serem seguidas no emaranhado das teorias onde se encontrava até então a crítica feminista. Pensadoras como Virginia Woolf e outras tantas, como Mary Daly, Adrienne Rich e Marguerite Duras, foram capazes de perceber e satirizar o narcisismo estéril da academia formada por homens (Cf., Showalter, 1994, p. 25). Essas mulheres são precursoras da luta de outras escritoras, artistas e professoras na conquista por direitos e igualdade nas diversas esferas sociais em que a visibilidade feminina era mínima e sua presença constantemente questionada.

Essa crítica, questionadora da formação androcêntrica, presente na tradição literária, ocasiona uma contrariedade no cânone literário porque passou a incluir “o gênero de autoria das obras, o gênero do leitor e as questões relativas ao papel da mulher” (Bellin, 2011, p. 02). Esses elementos eram até então ignorados nas abordagens de estudos da literatura realizadas por acadêmicos e críticos. Podemos dizer, sem muito temor, que tal postura corroborou com o silenciamento de muitas escritoras talentosas que produziram obras provocadoras e instigantes.

Bellin (2011) divide a crítica feminista em duas fases: a primeira, que se debruça na figura da mulher enquanto leitora; a segunda, surgida após a necessidade de delimitação teórica da crítica feminista, se direcionou à mulher não apenas como consumidora da literatura, mas agora como aquela que elabora seus próprios textos, ou seja, como escritora. Com as remodelações teóricas e os insurgentes debates, as leituras da literatura começaram a levar em conta esse olhar particularizado do feminino, não havendo, entretanto, uma homogeneidade de teorias porque a crítica literária feminista se apresentava como uma corrente teórica muito diversificada. O que não ausenta, cabe destacar aqui, a construção de um revisionismo e, conseqüentemente, de uma representação identitária feminina antes negligenciada e não convocada com tanto afinco.

Constância Duarte (1987) relata que anterior ao movimento feminista não era possível compor fomentados debates sobre a mulher porque não consideravam essas reflexões importantes, havendo, inclusive, um reduzido número de pesquisas. Com o despontar das ideias feministas, que datam as décadas de 60 e 70, é que começaram a questionar a subalternidade a que a mulher fora submetida em todas as conjunturas da sociedade, contestando os escritos dos homens em relação a elas. Tais discussões alcançaram maior legitimidade quando introduzidas no circuito acadêmico, tornando-se objeto de pesquisa, o que contribuiu para a divulgação de muitas escritoras (Duarte, 1987).

Há de se destacar que a crítica feminista não se limita unicamente ao resgate de escritoras negligenciadas ou ao questionamento de uma base patriarcal – o que por si só é consideravelmente relevante –, mas também a uma reflexão da identidade da mulher, pensando-se sobre os impactos das diferentes conjunturas sociais, políticas e econômicas na construção do sujeito, coadunadas aos fatores culturais de ordem falocêntrica e patriarcais que exercem acentuadas interferências formativas. Nessa perspectiva, Duarte frisa:

Para quem tanto tempo esteve ausente como sujeito da história, reduzida a uma inferioridade calcada na sua constituição biológica, à mercê de ideologias que a colocavam como um segundo sexo e da indústria cultural masculina que se encarregou da construção e quase cristalização das imagens do feminino, não é fácil recuperar o tempo e reconstruir essa identidade (Duarte, 1987, p. 18).

A citação acima evidencia as dificuldades das escritoras em construir suas narrativas sem a preocupação do olhar do outro, colocando nas fímbrias literárias a palavra a partir da sua perspectiva criadora, o que simboliza no plano da escrita um resgate identitário do feminino enquanto produtor de matéria literária e sujeito socialmente ativo e crítico que evoca uma realidade por tanto tempo suprimida e distorcida.

Logo, quando falamos em assumir a posição de sujeito, podemos questionar se ao nascer e estar inserido em sociedade não seria esse o fator determinante para pertencer a tal categoria. Entretanto, sujeito é aquele que tem atuação ampla no corpo social, agindo como aponta Kilomba (2019, p. 74), “em esferas diferentes de intersubjetividade e realidades sociais”, ou seja, o entendimento acerca do conceito de sujeito não se refere

apenas ao fato de pertencer a uma comunidade, mas a ter uma atuação e reconhecimento enquanto indivíduo social.

Desta forma, Alós e Andreta (2017) ressaltam que uma das premissas da crítica literária feminista é refletir sobre as produções literárias, levando em consideração o contexto de produção e a interpretação do textual. Com esse enfoque, torna-se possível construir uma leitura crítica e analítica das literaturas, interligando com elementos sociais que fomentam a análise e compreensão do material literário, bem como elucidam as circunstâncias de sua elaboração, pensando na posição da escritora e nas situações circundantes que determinam a recepção e publicação dos textos.

É procedente afirmar que a crítica feminista não é engessada em suas próprias convicções e perspectivas, mas “se faz interdisciplinar por definição, uma vez que ela não admite a leitura do texto em um modo desvinculado de sua exterioridade e de sua historicidade” (Alós; Andreta, 2017, p. 20). Isso oferece um olhar dinâmico e pautado nos fatores que são basilares na constituição da literatura, como se constrói e se perpetua muitas das práticas androcêntricas que ainda hoje estão presentes nos estudos literários.

A crítica feminista passou a levar em consideração as perspectivas da mulher enquanto sujeito de vivência e de produção literária, lançando observações que não mais se limitavam às temáticas comumente encontradas nas produções masculinas, ou seja, no conjunto de obras canônicas, mas sim, às literaturas de mulheres negligenciadas nos ambientes das letras, possibilitando pensar a sexualidade, as identidades, a maternidade, o estupro, dentre outras proposições que passavam despercebidas pelos escritores ou quando focalizadas incutiam visões estereotipadas ou distorcidas em que os ideais do patriarcalismo predominavam (Zolin, 2010).

A crítica feminista surge como uma corrente teórica que inclui a participação da mulher enquanto mentalidade pensante e produtora de conhecimento, lançando-se no mundo da ficção predominantemente ocupado por homens. A inserção do pensamento feminino no âmbito literário possibilita que a reivindicação por direitos iguais em todos os segmentos sociais ganhe maior força e visibilidade. Esses movimentos não significam que a literatura esteja ao serviço de uma militância, não devendo ser reduzida a isto, mas entender que ela propõe em sua autonomia a possibilidade de que mulheres se coloquem no âmbito das escritas enquanto sujeitos ativos.

Em sua denominada terceira onda, as pautas de reivindicações feministas começaram a incluir “a teoria *queer*, a conscientização negra, o pós-colonialismo, a teoria

crítica, o transnacionalismo, entre outros” (Zinani, 2011, p. 413, grifo da autora). Efetivamente, há de se considerar que a heterogeneidade de compreensão em torno da figura feminina e dos atores que exigiam o acesso aos espaços sociais e a garantia da igualdade ganhou uma maior amplitude e fomento nessa fase, na qual diferentes vozes, antes marginais, foram convidadas ao centro.

Do feminismo ao feminismo negro: a construção de um diálogo

O feminismo evidencia a necessária valorização e atuação da mulher, por exemplo, enquanto escritora, formadora e também detentora de opinião própria, bem como atuante na luta pela mudança de concepção acerca da ideia da história hegemônica, servindo pontualmente para se pensar na atuação do feminino nos espaços públicos e privados. Constitui-se como um fundamento importante para se compreender a relevância e os impactos deste movimento nas diversas esferas do conhecimento, o que torna viável refletir sobre as bases constitutivas que norteiam as perspectivas de abordagem teórica-crítica.

Acerca disso, falaremos mais adiante ao delinear a discussão sobre os aspectos abordados pelo feminismo negro e o porquê de não haver uma representação das mulheres pretas no movimento feminista feito por mulheres brancas, apesar da sua incontestável contribuição à classe das mulheres. Sobre isso, a filósofa e ativista brasileira Sueli Carneiro (2020) destaca:

O processo de emancipação da mulher e de libertação sexual que ganham força a partir dos anos 1960 irão estabelecer novos desafios para as mulheres negras do ponto de vista de sua identidade, afetividade e sexualidade por estabelecer a absoluta hegemonia da branquitude como padrão privilégio para a mulher, agora não mais somente do ponto de vista estético, afetivo ou de ideal de família burguesa branca, mas também do ponto de vista sexual para os homens brancos e também para significativa parcela dos homens negros brasileiros, especialmente aqueles considerados socialmente ‘bem sucedidos’ (Carneiro, 2020, p. 158, grifos da autora).

Ela enfatiza as diferenças colossais existentes entre as mulheres brancas e negras e a construção da mulher negra como antimusa da sociedade brasileira porque se distancia dos padrões construídos historicamente sobre o ‘perfil’ feminino a partir dos moldes da branquitude. À mulher branca é atribuída o papel de troféu do homem negro bem

sucedido, discurso este que atravessa a concepção de ideologia machista patriarcal, que trata a mulher como objeto do homem.

Ao longo do processo de desenvolvimento do movimento feminista nos deparamos com uma questão que se refere à pauta que deixa de atender as questões relacionadas à mulher negra. Por isso, nos questionamos: as mulheres negras participavam ativamente das reivindicações? Em quais condições viviam a maioria destas mulheres no Brasil? Será que ainda enfrentavam as amarras do preconceito que se instaurou no Brasil nos mais de 300 anos de escravidão? É a partir destas questões que nos permitimos pensar na inserção da mulher negra enquanto agente autônoma e sujeito político na sociedade.

Notadamente, havia uma distinção entre as mulheres brancas e as mulheres negras, ou seja, as primeiras pertencem a classe dominante mais ativa e, conseqüentemente, tinham mais voz na luta por igualdade, o que não ocorria com as mulheres negras. Em vista disso, bell hooks (2017) enfatiza que mulheres brancas não queriam perder o *status* de superioridade que a cor lhes delegava. Assim, ela aponta que o patriarcado da supremacia branca se fazia introduzido na mentalidade da época.

Conceição Evaristo, por sua vez, afirma que a imagem da mulher negra na literatura é apresentada de modo estereotipado, atribuindo-lhes uma inferioridade degradante, não lhe sendo conferido o papel de musa ou heroína: “a representação literária da mulher negra, ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor” (Evaristo, 2005, p. 202). Negava-se à mulher negra o seu espaço enquanto sujeito de decisão e de protagonismo na construção de narrativas que terminavam por diminuir e subalternizar a sua figura.

Comparando a realidade da mulher preta e da mulher branca, percebe-se, como lido em Evaristo, que há uma clara distinção na caracterização literária entre elas. A primeira é objetificada; a segunda, descrita unicamente como mãe. Nesse ensejo, compreendemos que a mulher negra enfrenta obstáculos ainda maiores para ser representada literariamente de forma verossímil e para ser enxergada a partir de uma perspectiva desvinculada da inferioridade e discriminação, como nos mostra Sueli Carneiro:

O homem negro, a despeito do racismo e da discriminação racial, ao ser comparado à mulher negra, apresenta vantagens relativas que só podem ser atribuídas à sua condição sexual, isto é, a partir da análise de alguns

indicadores sociais, evidencia-se que nascer homem negro, em termos de oportunidade sociais, é menos desastroso do que nascer mulher negra (Carneiro, 2020, p. 39).

A mulher negra inserida em uma sociedade patriarcal, sexista e racista, enfrenta mais barreiras a fim de romper paradigmas acerca da inferioridade racial culturalmente cultivada na sociedade. Em vista disso, percebemos que a luta dessas mulheres por reconhecimento, aceitação e valorização da identidade afrodescendente, no sentido de se tornarem autoras e protagonistas da sua história, é uma luta muito mais árdua, posto que precisam vencer o preconceito não só contra o gênero, mas também contra a cor da pele e características fenotípicas. Mas é justamente através desse processo de inserção do negro na esfera literária que nos propomos a refletir a figura da mulher negra enquanto escritora e protagonista.

Ao pensarmos na representatividade negra e nos discursos como ferramenta de desconstrução de conceitos hegemônicos, vemos Grada Kilomba (2019) acentuar que os sujeitos negros são, por muitas vezes, colocados em um lugar de objetificação, o que mostra as dificuldades encontradas pela população preta para construir a sua representação.

Os espaços com menores números de sujeitos negros é resultado, primeiramente, de um passado de escravização da população preta, que mesmo após a abolição da escravatura em 1888, permaneceram em uma conjuntura de pobreza e falta de oportunidades, ocupando, em sua grande maioria os espaços subalternos. De modo semelhante, essa realidade se acentua por causa do processo histórico de falta de condições adequadas para o acesso à educação e oportunidades de aperfeiçoamento profissional, acentuando, desse modo, a inferioridade desse grupo minoritário.

No que concerne à condição da mulher negra no Brasil, Carneiro (2020, p. 169), por sua vez, salienta que há uma posição “contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe, isto é, [...] recai sobre elas a responsabilidade de carregar bandeiras históricas e consensuais do movimento negro”. Essa militância é sem dúvida uma construção que se concretiza nas constantes observações e experiências de exclusão dos sujeitos pretos na sociedade.

Sueli Carneiro escreve que é também sobre a mulher negra que recai uma maior responsabilidade na reivindicação por melhores contextos de igualdade. A realidade historicamente presente em nossa sociedade oprime consideravelmente mais as mulheres

pretas do que as mulheres brancas e os homens pretos. Sendo assim, são elas as que buscam maiores mudanças e conquistas de direitos.

Sobre o feminismo e suas fases no Brasil, Ribeiro (2018) diz que o início se deu no século XIX, constituindo uma onda inicial, que tinha como pauta a conquista de direitos fulcrais para o exercício da cidadania feminina, como acesso à educação e ao mercado de trabalho – sem que fosse exigido a permissão do cônjuge. Cabe destacar que a inserção da mulher no mercado foi conquistada após muitas reivindicações e lutas, as quais tiveram que lidar ainda com a existência de uma acentuada desigualdade salarial e de gênero. De modo semelhante, muitas mulheres precisavam conciliar as atividades do lar com as demandas trabalhistas, ocasionando uma jornada extenuante.

Tais conquistas nasceram da conscientização social e histórica do papel da mulher na sociedade, isto é, do entendimento de que ela não estava destinada apenas aos cuidados da casa e dos filhos, mas que poderia buscar a sua emancipação financeira, ter uma profissão e exercê-la com qualidade. Acerca disso, Ribeiro reflete:

A segunda onda teve início nos anos 1970, num momento de crise da democracia. Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer e contra a violência sexual, essa segunda geração combateu a ditadura militar. O primeiro grupo de que se tem notícia foi formado em 1972, sobretudo por professoras universitárias. Em 1975, formou-se o Movimento Feminino pela Anistia. No mesmo ano, surgiu o jornal *Brasil Mulher*, que circulou até 1980, editado primeiramente no Paraná e depois transferido para a capital paulista. (Ribeiro, 2018, p. 29).

O feminismo se constitui como um movimento que expande os seus ideais de luta para além dos direitos civis das mulheres, interessando-se, de modo semelhante, pela conjuntura política na luta contra a ditadura militar no Brasil que durou 21 anos, de 1964 a 1985, regime que privou os sujeitos de sua liberdade de expressão e da livre atuação na sociedade.

Nesse sentido, percebemos que as mulheres não se isentaram do enfrentamento à repressão militar, alargando os objetivos do movimento feminista, para assim, contribuir com a construção da democracia na união com outras vozes que reivindicavam o fim do regime. Compreendemos que essa segunda fase foi marcada, sobretudo, por uma organização que procurava construir discursos opostos e libertários em um país que

dominava os meios de comunicação e agia com duras represálias com aqueles que questionavam as regras impostas.

É nesse mesmo período (década de 1970) que muitas mulheres negras começaram a questionar a sua não representação no movimento feminista, o que ocasionou pouco relevo das questões desse grupo. Fez-se necessário pensar um movimento que colocasse em pauta as demandas das mulheres pretas, em sua maioria, empregadas domésticas, babás, lavadeiras, mães solteiras, sobre as quais recaiam toda a responsabilidade de cuidar dos filhos. Esse contexto impõe inúmeras desvantagens a estas mulheres que ainda timidamente começam a se organizar a fim de alcançar novos espaços sociais.

De acordo com Collins (2019), a mulher negra começa a fazer parte ativamente do movimento afirmativo. A sua escrita traduz não apenas as pautas voltadas para a igualdade de gênero, mas também compõe o seu repertório, a memória, a ancestralidade e a cultura, tornando-se sujeito e protagonista da própria história, bem como objeto de estudo acadêmico, fato este que contribui significativamente para a divulgação de escritoras.

Nesse sentido, as mulheres pretas apresentaram as suas contundentes reivindicações e contestações, ganhando maior visibilidade no ano de 1990, durante a terceira fase do movimento feminista:

As críticas de algumas dessas feministas vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, porque as mulheres são oprimidas de modos diferentes, tornando necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levando em conta as especificidades de cada uma. A universalização da categoria ‘mulheres’ tendo em vista a representação política foi feita tendo como base a mulher branca de classe média – trabalhar fora sem a autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres. Além disso, essa onda propõe a desconstrução das teorias feministas e das representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, ou seja, masculino/feminino (Ribeiro, 2018, p. 29-30, grifo da autora).

Como podemos perceber, os estudos de gênero⁵ trouxeram uma nova perspectiva para se pensar a mulher além dos parâmetros biológicos, o que possibilitou questionar também a homogeneização do feminismo e de muitos dos seus respectivos conceitos, os

⁵ “Relação entre os atributos culturais referentes a cada um dos sexos à dimensão biológica dos seres humanos. Trata-se, portanto, de uma categoria que implica diferença sexual e cultural” (Zolin, 2010, p. 182).

quais muitas vezes não representavam as diversidades, as complexidades e as diferentes demandas da realidade feminina.

Neste contexto, as mulheres negras surgem para defender suas demandas de experiências próprias, que ao serem divulgadas evidenciam uma corrente de compartilhamento coletivo de representatividade, explorando temas comuns que permitem o conhecimento da condição social do feminino negro na discussão de opressões históricas e particularizadas, ou seja, marcadas pela cor, etnia e gênero.

A mulher negra tem um discurso mais nítido da opressão, ou seja, elas têm propriedade para falar sobre a sua condição social muito mais que um escritor branco. Neste desenvolver de suas próprias interações, as pensadoras que buscam escrever sobre as teorias feministas não partem unicamente de um campo de teorizações e direitos constitucionalizados – sendo estes também aspectos indispensáveis no desenvolvimento de perspectivas críticas e bem fundamentadas –, mas também de uma condensação de experiências.

As vozes dessas mulheres negras começaram a ecoar na literatura, tendo como principal pauta a reivindicação por uma sociedade igualitária. São constituídas por autoras negras que buscam transpor para o *corpus* literário uma autorrepresentação de si, suas dores físicas e mentais, suas aventuras e desventuras. Evaristo (2005) declara que a escrevivência prescreve uma dupla condição da mulher negra, a qual a sociedade insiste em inferiorizar, enfatizando que a escrita da mulher possibilita afirmar seu lugar na sociedade enquanto sujeito ativo.

Uma recente e relevante conquista do Movimento Negro são as ações afirmativas e a lei 10.639/2003 que vêm contribuindo para um ambiente mais favorável acerca de escritos que tratam sobre temáticas étnico-raciais, tornando, dessa forma, obrigatório o trabalho com a história e as culturas africana e afro-brasileira nas propostas curriculares. Ao ser sancionada, a referida lei possibilitou que as escolas incluíssem em seus currículos obras literárias afro-brasileiras e africanas para estudos e análise, aumentando o conhecimento dos alunos acerca das nossas raízes culturais e étnicas.

Considerações finais

Sobre as reflexões que foram elaboradas ao longo desse texto, fica evidente que apesar de uma história encoberta por preconceito, discriminação de gênero e raça, as

mulheres conseguiram arduamente conquistar espaços a elas historicamente negados. O direito de estudar, falar em público, trabalhar e escrever sobre tudo e, em particular, sobre suas vivências, confirmam os avanços desse grupo social ao longo do tempo e que tem na literatura um espaço cada vez mais fértil de acolhimento.

Ao revisitarmos os movimentos feministas, consideramos necessário verificar as conquistas no cenário social, pois o acesso da mulher a espaços remotamente possíveis de alcançar se torna plausível também graças à literatura que muito fortalece as mulheres e os debates por elas e sobre elas desenvolvidos, escritos e modos de vida que são cotidianamente modificados diante dos acontecimentos históricos.

Portanto, este artigo buscou fortalecer a fortuna crítica acerca da temática aqui desenvolvida e contribuir, ainda que modestamente, para pesquisadores que se interessem pelo tema, possibilitando uma revisão crítica dos movimentos feministas e seus desdobramentos, em um determinado período de tempo em contexto nacional, incluindo nesse contexto a importante contribuição de escritoras negras e, conseqüentemente, a reflexão necessária sobre as mulheres negras.

Referências

- ALÓS, Anselmo Peres; ANDRETA, Bárbara Loureiro. Crítica literária feminista: revisitando as origens. **Fragmentum**. Santa Maria, n. 49, Jan./Jun. 2017.
- BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. **Revista Fronteira Z**. São Paulo, n.7, p. 01-11, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- COLLINS, Patrícia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31 n. 1. jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 de mar. 2021.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, Paula Cristina Ribeiro da Rocha de Morais. Da crítica feminista e a escrita feminina. **Revista Criação & Crítica**. São Paulo. n. 8, p. 01-11, 2012.

DUARTE, Eduardo Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Terceira Margem**. Rio de Janeiro. n. 23 p. 113-138, jul./dez., 2010.

DUARTE, Constância Lima. Literatura Feminina e Crítica Literária. In: **Anais do II Encontro Nacional da ANPOLL**. Rio de Janeiro, p. 15-23, mai., 1987. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/download/17198/15769/52992>. Acesso em: 20 jun. 2023.

EVARISTO, Conceição. Escritoras brasileiras contemporâneas gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Org.) **Mulheres no Mundo – Etnia, Marginalidade e Diáspora**. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática libertadora. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMAIRE, Ria. Repensando a História Literária. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. (Org.). **O feminismo como crítico da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

MELLO, Marlova Soares. O que a crítica feminista fez com o feminismo negro? In: KOHLRAUSCH, Regina et al. (Org.). **A Escrita e Crítica Literária no Brasil**: limiares e perspectivas. Anais Eletrônicos. Porto Alegre: Pucrs, 2017, p. 01-11. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/escrita-e-critica-literaria-no-brasil/2017/assets/artigos/30.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Tendências e impasses**: O feminino como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Crítica feminista**: Uma contribuição para a história da literatura. Editora Pucrs, 2011.

ZOLIN, Lúcia Osana. A crítica feminista. In: ZOLIN, Lúcia Osana; BONNICI, Thomas. (Org.) **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: Eduem, 2010, p. 217-242.